

PROCESSO	PROTOCOLO Nº 830970/2019			
ASSUNTO	ATUAÇÃO DE ENGENHEIROS CIVIS NO ÂMBITO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO			
DELIBERAÇÃO Nº 06/2022 – CEP-CAU/SE				

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/SE, reunida ordinariamente por videoconferência no dia 13 de julho de 2022, às 9 horas, no uso das competências que lhe conferem o art. 95 do Regimento Interno do CAU/SE, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando questionamento encaminhado pelo Setor de Fiscalização a CEP-CAU/SE, em 07/03/2019, a respeito do posicionamento dessa Comissão, a respeito de obras realizadas em edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico, onde as atividades de Projeto Arquitetônico de Reforma, caderno de especificações e memorial descritivo estejam registradas por responsável técnico "Arquiteto e Urbanista", contudo a empresa vencedora da licitação para execução da obra possua como responsável técnico apenas profissional "Engenheiro Civil".

Considerando a Resolução CAU/BR nº 21/2012, que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências.

Considerando a Resolução CAU/BR nº 210/2021, que altera a Resolução CAU/BR nº 51/2013, que dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências.

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.378/ 2010, que "Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências";

Considerando o que dispõem o Decreto nº 23.569/1933, que "Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor"; e a Lei nº 5.194/1966, que "Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo";

Considerando o que dispõem as Resoluções CONFEA nº 218/1973, que "Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia"; e nº 1010/2005, que "Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional";

Considerando o que dispõem as Resoluções do Conselho Nacional de Educação — Câmara de Ensino Superior (CNE/CES) n° 11/ 2002, que "Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia"; e n° 2/2010, que "Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES n° 6/2006";

DELIBEROU:

- 1 Sobre a atuação de profissionais Engenheiros Civis no âmbito do Patrimônio Arquitetônico é cabível o acompanhamento de obra e execução, considerando-se que esses profissionais observarão as orientações e procedimentos descritos no caderno de encargos e atenderão às especificações técnicas das obras.
- 2 Essa atribuição é compartilhada entre arquitetos e engenheiros com as suas respectivas resoluções.
- 3 É possível, em algumas situações, a atuação do Engenheiro Civil em projeto arquitetônico relativo ao patrimônio. Dada a especificidade, essa atuação se dá mediante um projeto arquitetônico existente ou assessorado por consultoria específica, salvo especialidade do profissional devidamente comprovada.



4 - Não há restrição em âmbito geral, sendo de plena responsabilidade do profissional ser ciente de sua capacitação, haja vista todo profissional incorpora à sua prática princípios éticos de conduta.

Com 2 votos favoráveis.

Folha de Votação

Conselheiro		Votação			
Conseniero	Sim	Não	Abst.	Ausente	
Hugo Lobão Alves	X				
Coordenador	Λ				
Fernando Márcio de Oliveira	X				
Coord. Adjunto	Λ				
Bruno Barreto dos Santos				X	
Membro				Λ	

Aracaju – SE, 13 de julho de 2022.

Considerando a autorização da Plenário, a necessidade de ações cautelosas em defesa da saúde dos membros do Plenário, convidados e colaboradores do Conselho e a implantação de reuniões deliberativas virtuais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

Mileise Oliveira Santos Secretária da presidência do CAU/SE

Telefone: (79) 3255-1503 | CNPJ:14.817.219/0001-92 | www.cause.gov.br